



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 19/02/2024. Publicação: 20/02/2024. Nº 032/2024.

ISSN 2764-8060

ANEXO I (EDITAL Nº 45/2024)

VAGA	DISTRIB. DAS VAGAS	CLASSIF. LISTAGEM VAGA	NA DA	CANDIDATO APROVADO	NOTA FINAL
10	GERAL	18		GISLAINE FRASÃO SILVA CARDOSO	35,321424
11	GERAL	19		SUELLMA DE JESUS MAFRA FRANÇA	35,32

assinado eletronicamente em 16/02/2024 às 10:33 h (*)

EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

EDT-GPGJ - 462024

Código de validação: 0AED94C0E1

EDITAL nº 46/2024, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2024

CONVOCAÇÃO PARA ADMISSÃO DE VAGA DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO DE GRADUAÇÃO - COMARCA - CODÓ O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o Processo Seletivo 35/2022 para estagiários não obrigatório de graduação, homologado pelo Edital nº 105/2022, publicado no Diário Eletrônico deste Ministério Público (DEMP), em 26 de junho de 2022;

CONSIDERANDO a existência das vagas não preenchidas de estágio não obrigatório de Graduação;

CONVOCA em sétima chamada, obedecendo a ordem de classificação e as cotas determinadas, o (a) estudante relacionado (a) no Anexo I a se apresentar na sede das Promotorias da Comarca de Codó, no período de 20 a 29 de fevereiro de 2024, informando a Data de Disponibilidade (data não superior a 15 dias do prazo final deste edital) e Turno, matutino ou vespertino de disponibilidade para início do estágio.

a) Carteira de Identidade – RG;

b) CPF;

c) Título de Eleitor;

d) Comprovante de Votação da última eleição ou Certidão de Quitação Eleitoral;

e) Certificado Militar (se indivíduo do sexo masculino, acima de 18 anos)

f) 01 (uma) Foto 3x4 (anexada à ficha cadastral, item o);

g) Comprovante de Residência;

h) Histórico Escolar e/ou Declaração de Matrícula atualizados do período em que está matriculado e com frequência regular, na data da admissão (devendo estar, no mínimo, no período correspondente à metade do curso e, no máximo, no penúltimo período), emitidos pela Instituição de ensino;

i) Atestado Médico que comprove aptidão clínica para o exercício da função; se pessoa com deficiência, além do atestado citado, apresentar também laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência;

j) Declaração de Bens;

k) Declaração de Impeditivo de Supervisão de Estágio;

l) Declaração de Não Exercer, cumulativamente com o estágio, atividades concomitantes em outro ramo do Ministério Público, da advocacia, pública ou privada, ou o estágio nessas áreas, bem como o desempenho de função ou estágio no Poder Judiciário ou na Polícia Civil ou Federal.

m) Certidões de antecedentes criminais expedidas pelas Justiças:

- Federal,

- Estadual, e

- Eleitoral.

n) Ficha Cadastral, que pode ser encontrada no site do Ministério Público do Estado na aba de ‘Serviços, via link: <https://www.mpma.mp.br/concursos-mpma/?post=58429#result>’, bem como o preenchimento do cadastro digital enviado por meio de link para o e-mail pessoal do candidato., informando nos campos indicados: Conta no Banco do Brasil (obrigatório).

m) Autorização dos responsáveis legais, apenas em caso de estudantes menores de 18 (dezoito) e maiores de 16 (dezesesseis) anos.

ANEXO I (EDITAL Nº 46/2024)



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 19/02/2024. Publicação: 20/02/2024. N° 032/2024.

ISSN 2764-8060

VAGA	DISTRIB. DAS VAGAS	CLASSIF. NA LISTAGEM VAGA	DA	CANDIDATO APROVADO	NOTA FINAL
5	AUTODECLARADO NEGRO – não teve	7		DAIANE FRAZÃO PIMENTEL	33,6

assinado eletronicamente em 16/02/2024 às 10:33 h (*)
EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Suprocuradoria Geral para Assuntos Administrativos

PORTARIA

PORTARIA-GSPGJAAD - 122024

Código de validação: 2E0CEA6047

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos do disposto nos artigos 234, da Lei nº 6.107, de 27 de julho de 1994,
RESOLVE

1 – Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar a responsabilidade do servidor ADRIANO RODRIGUES DOS SANTOS, Técnico Ministerial - Adm, matrícula 1072978, lotado na Promotoria de Justiça de São Pedro da Água Branca, pelas supostas faltas funcionais apontadas nos autos do Processo administrativo nº 27152024 – DIGIDOC, nos moldes da Súmula 641/STJ, bem como proceder ao exame dos atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos.

2 – Designar, com fulcro no artigo 240, da Lei estadual nº 6.107/1994, o Analista Ministerial (Processual - Direito) ABRAHÃO JEFFERSON BATISTA SILVA, matrícula 1069152, lotado na Assessoria Especial do Procurador-Geral; a Técnica Ministerial (Administrativa) SUZANA FERNANDES ROCHA, matrícula 1060490, lotada na Seção de Saúde Funcional; e o Técnico Ministerial/Execução de Mandados JOÃO BATISTA PEREIRA BORGES, matrícula 1062082, lotado na Ouvidoria do Ministério Público, para, sob a presidência do primeiro, integrem a Comissão Processante e encarregarem-se dos respectivos trabalhos, garantindo-se ao servidor processado o contraditório e a ampla defesa.

3 – Designar a Técnica Ministerial/Execução de Mandados MÁRCIA CRISTINA FIGUEIRÊDO GOMES BERREDO, matrícula 1069780, lotada na Assessoria Jurídica da Administração, membro suplente.

4 – Concedo o prazo de sessenta dias, para a conclusão dos trabalhos.

Dê-se ciência e cumpra-se. Publique-se!

São Luís/MA, 16 de fevereiro de 2024.

assinado eletronicamente em 16/02/2024 às 16:09 h (*)
DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURIDICOS
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS EM
EXERCÍCIO

Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO N° 10/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 9800/2023. OBJETO: Fornecimento de Material Permanente – poltronas e cadeiras, conforme consta dos autos do Processo Administrativo nº 20496/2022, deste Órgão, que registrou preços através da ARP nº 27/2023, decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 09/2023 – SRP, do Ministério Público do Estado do Maranhão. Valor Total do Contrato nº 10/2024: R\$ 85.277,00 (oitenta e cinco mil, duzentos e setenta e sete reais). Nota de Empenho nº 2024NE000004 01/02/2024. Natureza da Despesa: 44.90.52.42 Mobiliário em Geral. AÇÃO: 3038 Construção, Reforma e Aparelhamento de Unidades do Ministério Público - FEMPE. CONTRATANTE: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, representada pelo

8